

Contabilidade a nível geral de preços e correção integral: análise da percepção da sua aplicabilidade no cenário de inflação estável pelos docentes

AMANDA BORGES DE ALBUQUERQUE ASSUNÇÃO

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
amandaborges85@hotmail.com

JOSE EMERSON FIRMINO

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
emerson@cassauiditores.com.br

Contabilidade a nível geral de preços e correção integral: análise da percepção da sua aplicabilidade no cenário de inflação estável pelos docentes

1. Introdução

A contabilidade é responsável por apresentar uma representação da empresa e o faz por meio das chamadas Demonstrações Contábeis, sempre buscando elaborá-las de modo a fornecer uma informação em tempo hábil e o mais próximo da realidade possível, tendo em vista a contabilidade ser uma ferramenta importantíssima na tomada de decisão.

Nível geral de preços está relacionado com a variação dos preços dos bens e serviços, no Brasil temos alguns índices que representam essa variação e o principal deles é o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) que é utilizado pelo banco central para o acompanhamento dos objetivos estabelecidos no sistema de metas de inflação.

Inflação está diretamente ligada à perda do poder aquisitivo da moeda, ou seja, eu posso comprar menos amanhã do que compraria hoje, com a mesma quantidade de dinheiro, o Brasil passou mais de uma década vivendo em um cenário de inflação exorbitante, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 1990 o país apresentou um deflator de 2500%, apenas para aquele ano.

Em um cenário de inflação tão elevada é indiscutível a necessidade de corrigir as Demonstrações Contábeis, no intuito de aproximá-las do real valor de seus itens, tanto para itens monetários quanto os não monetários, não obstante em 1987 adota-se no Brasil a correção monetária integral, por meio da Instrução Normativa Nº 64 de Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Em 1994, com a criação do real, a inflação foi contida e até os dias de hoje se mantém estável, com índices em torno de 6% ao ano, com a estabilização da economia a correção monetária foi revogada com a Lei Nº 9.249/95.

Nesse contexto surge um questionamento: **Existe aplicabilidade da contabilidade a nível geral de preços e da correção integral em um cenário de inflação estável, na percepção dos docentes do Curso de Ciências Contábeis na capital potiguar?**

O objetivo geral desse artigo consiste em averiguar se na opinião dos docentes do Curso de Ciências Contábeis da cidade de Natal-RN é aplicável, em um cenário de estabilidade inflacionária, a contabilidade a nível geral de preços e a correção integral.

2. Referencial Conceitual

2.1. Informação Contábil

Um papel incontestável da contabilidade é o fornecimento de informação para tomada de decisão, tendo em vista ser ela a responsável por representar as entidades por meio das Demonstrações Contábeis.

Para Iudícibus, Martins e Gelbcke (2007, p. 29) a contabilidade é “um sistema de informação e avaliação destinado a prover seus usuários com demonstrações e análises de natureza econômica, financeira, física e de produtividade, com relação a entidade objeto de contabilização.”

O objetivo principal da Contabilidade é o de permitir, a cada grupo principal de usuários, a avaliação da situação econômica e financeira da entidade, num sentido estático, bem como fazer inferências sobre suas tendências futuras. Em ambas as avaliações, todavia, as demonstrações contábeis constituirão elemento necessário, mas não suficiente. Sob o ponto de vista do usuário externo, quanto mais a utilização das demonstrações contábeis se referir à exploração de tendências futuras, mais tenderá a diminuir o grau de segurança das estimativas. Quanto mais a análise se detiver na constatação do passado e do presente, mais crescerá e avolumará a importância da demonstração contábil. (Deliberação CVM 29/86)

A informação varia de acordo com a necessidade, ou seja, seus usuários, até mesmo dentro da organização têm demandas diversas, a informação utilizada pelo operador é diferente da utilizada pelo executivo. Diferenças no tipo de informação podem existir desde a periodicidade até o nível de agregação. Nesse sentido, Atkinson et al (2000), estabeleceram um quadro representando a função da informação gerencial em diversas funções organizacionais, conforme Quadro 01.

Quadro 01 – Funções da Informação Gerencial Contábil

Controle Operacional	Fornece informações (<i>feedback</i>) sobre a eficiência e a qualidade das tarefas executadas; Informações mais desagregadas e frequentes.
Custeio do Produto e do Cliente	Mensura os custos dos recursos para se produzir, vender e entregar um produto ou serviço aos clientes.
Controle Administrativo	Fornece informação sobre o desempenho de gerentes e de unidades operacionais.
Controle Estratégico	Fornece informações sobre o desempenho financeiro e competitivo de longo prazo, condições de mercado, preferências dos clientes e inovações tecnológicas; Informações menos frequentes e mais agregadas.

Fonte: Adaptado de Atkinson et al (2000, p. 45)

Cada uma dessas funções desempenha seu papel para a produção da informação adequada. É estabelecida uma rede de informações que vai desde o planejamento até o controle e com o consequente *feedback* gerado para orientar o próximo planejamento. São utilizadas informações a respeito de diversos aspectos da entidade, tais como: custos de produção, venda e distribuição, desempenho de funcionários, condições do mercado.

As informações sobre custo do produto, por exemplo, são imprescindíveis na busca de uma tomada de decisão eficaz, pois quando o gestor conhece os custos de seu produto pode trabalhá-los de forma a reduzi-los tornando o produto mais competitivo e rentável. Com relação à avaliação do desempenho dos gerentes têm sua representatividade tendo em vista isso ser um medidor e impulsionador. Ou seja, quando o gerente sabe que está sendo avaliado ele trabalha mais e melhor, e quando isso não ocorre o gestor dispõe da informação de um gerente que não está desempenhando seu papel adequadamente e pode dispensá-lo.

A informação gerencial, importante para a tomada de decisão, favorece o desempenho de uma empresa, na elaboração de um planejamento, por exemplo, que traçará metas a serem

alcançadas pela entidade. Para que a informação seja considerada adequada ela não pode apresentar distorções, como por exemplo, em função da perda do poder aquisitivo da moeda.

2.2. Correção Monetária

2.2.1. Inflação

O termo inflação relaciona-se com perda do poder aquisitivo da moeda, em outras palavras, quando não se pode comprar amanhã, com a mesma quantidade monetária, o que se comprou hoje, por exemplo, uma mercadoria que custa hoje R\$ 10,00, amanhã passa a custar R\$ 12,00 e depois R\$ 14,00, em função da desvalorização da moeda, certamente que o processo, via de regra, não ocorre de maneira tão acelerada.

Segundo Niyama e Silva (2008) quando há alteração nos preços dos produtos podem ocorrer dois fenômenos: inflação, quando a alteração é um aumento nos preços (mais comum); e deflação, uma redução nos preços.

Como já enfatizado o objetivo da contabilidade é representar a entidade e para tanto se vale das Demonstrações Contábeis e o meio utilizado é a tradução monetária de seus ativos e passivos, portanto, para que a informação seja relevante ela deve ser oportuna e próxima da realidade, nesse sentido em ambientes inflacionários é necessária a correção dos demonstrativos, denominada correção monetária.

O Iasb especifica o que se considera uma economia hiperinflacionária, onde se justifica a correção, conforme IAS 29:

- (a) a população em geral prefere conservar a sua riqueza em ativos não monetários ou numa moeda estrangeira relativamente estável. As quantias de moeda local detidas são imediatamente investidas para manter o poder de compra;
- (b) a população em geral vê as quantias monetárias não em termos de moeda local, mas em termos de uma moeda estrangeira estável. Os preços podem ser cotados nessa moeda;
- (c) as vendas e compras a prazo consideram uma compensação para a perda esperada do poder de compra durante o período de crédito, mesmo que o período seja curto;
- (d) as taxas de juro, os salários e os preços estão ligados a um índice inflação; e
- (e) a taxa de inflação acumulada durante três anos aproxima-se de 100% ou excede este valor. (IAS 29, § 3)

2.2.2. Normatização Brasileira

No Brasil houve diversos momentos significativos no que tange a normatização da correção monetária, alguns marcos significativos podem ser exemplificados na Tabela 01.

Tabela 01 – Normatização da Correção

Norma	Ano	Descrição
Lei 3.470	1958	Permissão da correção do Ativo Imobilizado
Lei 4.357	1964	Obrigação da correção do Ativo Imobilizado
Lei 4.728	1965	Permitia a incorporação do resultado da correção ao Capital Social ou as reservas
Lei 6.404	1976	Correção monetária das Demonstrações Financeiras
Decreto-Lei 1.598	1977	Ampliou a obrigatoriedade da correção além das S.A.
Instrução CVM 64	1987	Adoção da Correção Integral
Lei 7.730	1989	Revogou a correção monetária
Lei 7.738	1989	Considera os efeitos da inflação no patrim�nio e resultados
Lei 7.799	1989	Retorno da correção nos moldes da Lei N� 6.404/76
Lei 8.200	1991	Adotou o �ndice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) como indexador
Lei 8.383	1991	Instituiu a Unidade Fiscal de Referência (Ufir)
Instrução CVM 191	1992	Cria a Unidade Monetária Contábil (UMC)
Lei 9.249	1995	Revoga a Correção Monetária

Fonte: Elaborado a partir de Niyama e Silva (2008)

Com esse resumo do que ocorreu na normatização relativa a correção pode-se se observar que as alterações na norma ocorre em função de acontecimentos econ micos e políticos, por exemplo, em 1995 quando é revogada a correção monetária, foi reflexo da estabilidade econ mica do plano real criado em 1994.

2.2.3. Correção Integral

Tendo em vista os altos índices de inflação de existiam no Brasil antes do plano real foi desenvolvido um sistema de correção integral referendado mundialmente. A autorização legal para tal procedimento advinha da Instrução CVM 64, com a seguinte ementa: “Dispõe sobre os procedimentos para elaboração e publicação de demonstrações contábeis complementares, em moeda de capacidade aquisitiva constante, para pleno atendimento ao Princípio do Denominador Comum Monetário.”

Segundo Iudícibus, Martins e Gelbcke (2007, p. 556) “A finalidade maior do sistema de Correção Integral   produzir demonstrações em uma única moeda para todos os itens componentes dessas demonstrações, além de explicar os efeitos da inflação sobre cada conta”.

Corroborando com esse entendimento Matarazzo (1998) afirma que seria a denominação dada ao processo de correção monetária em que todas as contas das demonstrações são convertidas em moeda de capacidade aquisitiva constante. E ainda

acrescenta que tal procedimento apresenta todos os números em moeda da data de elaboração, eliminando os efeitos inflacionários.

Para Niyama e Silva (2008, p. 227) a correção integral resolvia dois problemas encontrados no método de correção monetária da Lei Nº 6.404/76 “considerava os estoques ativos não monetários e determinava o valor presente dos ativos e passivos que estavam a valor futuro”.

Rezende (2009, p. 214) apresenta como resultados de seus estudos que com relação ao uso e manutenção das práticas contábeis de correção monetária, no contexto brasileiro se tem como variáveis mais significativas:

- Obrigatoriedade imposta pela Lei;
- Poder institucional das entidades reguladoras (CVM e SRF);
- Regulamentação do governo (nível politização da atividade econômica); e
- Recomendações das empresas consultoria e auditoria.

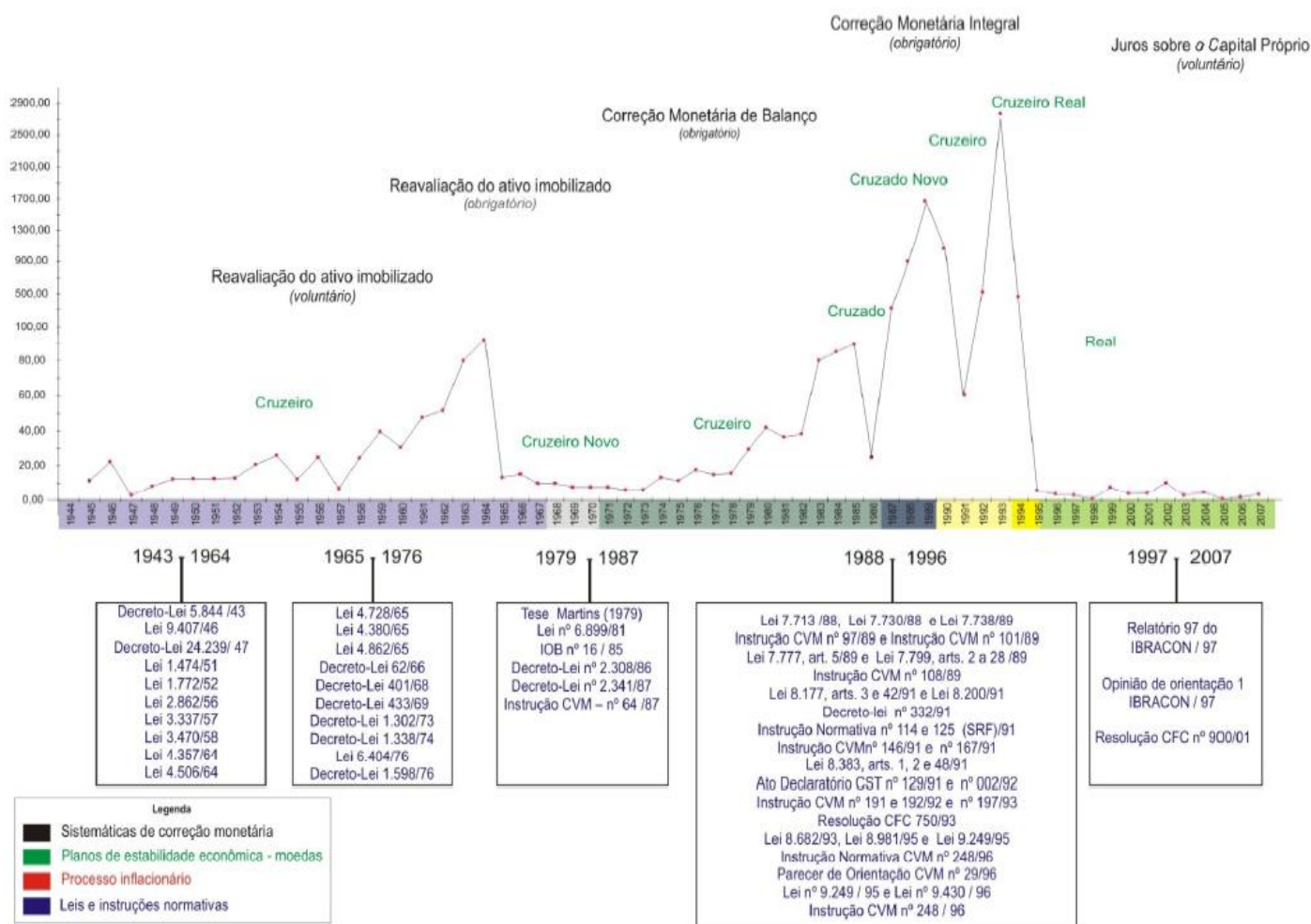
No mesmo trabalho o autor ainda apresenta como variáveis mais representativas quanto aos motivos da não utilização da correção monetária:

- Diminuição dos índices de inflação da economia brasileira;
- Mudança das leis sobre publicação de informação contábil corrigida;
- Mercado financeiro não exige este tipo de informação;
- Custos de manutenção da prática superam os benefícios da informação gerada;
- Surgimento de novas tecnologias contábeis;
- Níveis de inflação no período (mês e ano); e
- Harmonização internacional das práticas contábeis.

Como se pode observar a utilização da correção monetária no Brasil tem estreita relação com a normatização e no que diz respeito a diminuição dos índices de inflação é muito comum se veicular a informação que em ambientes inflacionários estáveis não há necessidade de correção monetária, entretanto acaba por surgir uma subjetividade, o que é considerado estável? Desde a implantação do plano real, onde passou a haver um maior equilíbrio econômico no Brasil, porém se for feita uma análise do período como um todo talvez em alguns casos não seja tão insignificante assim.

Na figura 01 pode-se verificar o fluxo histórico do processo inflacionário considerando, as mudanças de moedas, as sistemáticas de correção monetária e a normatização.

Figura 01 – Fluxo histórico do processo inflacionário



Fonte: Rezende (2009, p.50)

3. Metodologia

O estudo quanto aos objetivos é uma pesquisa descritiva, quanto aos procedimentos um levantamento e qualitativa quanto à abordagem do problema, utilizando-se desse rol de procedimento metodológicos para obter as repostas para o problema, onde para Beuren (2004, p. 76) “No rol dos procedimentos metodológicos estão os delineamentos, que possuem um importante papel na pesquisa científica, no sentido de articular planos e estruturas a fim de obter respostas para os problemas de estudo”. Neste contexto, existem diversas tipologias de delineamento de pesquisa, considerando mais adequada para as pesquisas em Ciências Contábeis, a metodologia agrupada nas três categorias elencadas.

A pesquisa tem por objetivo principal analisar a percepção da aplicabilidade pelos docentes da contabilidade a nível geral de preço e correção integral no cenário de inflação estável. “As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição de características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis” (GIL, 2008, p. 42).

Aplicou-se questionários aos Docentes das Instituições de Ensino Superior da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN (FARN), Universidade Potiguar (Unp), Faculdade Maurício de Nassau, Faculdade de Ciências Cultura e Extensão do RN (FACEX). Com relação ao levantamento convém ressaltar que, para Gil (1999 *apud* BEUREN, 2004, p. 85):

se caracterizam pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Basicamente, procede-se a solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado para em seguida, mediante análise quantitativa, obter as conclusões correspondentes aos dados coletados

A tabela/quadro 01 demonstra a característica das respostas obtidas dos questionários por IES:.

Forma de vinculação a Instituição		Tempo de Docência	
Dedicação exclusiva	33%	1 – 5 anos	60%
Outras formas	67%	Outros	40%
Faixa Etária		Titulação	
20 – 30 anos	40%	Graduação	7%
31 - 40 anos	40%	Especialização	33%
Mais de 41 anos	20%	Mestrado	60%

Tabela 01 – Perfil dos Docentes

Fonte: Dados Primários

Os dados foram tabulados e analisados usando o software Microsoft Excel®, para obtenção das frequências absolutas e relativas, bem como o confronto entre as respostas apresentadas, objetivando amenizar os possíveis vieses, disponibilizando as características do corpo docente participante da pesquisa e evidenciando a resposta do problema do estudo.

4. Análise dos Resultados

Na análise da percepção dos docentes acerca da pesquisa, perguntou-se quais disciplinas ministradas diretamente ligada ao objeto do estudo e outras disciplinas para tentar identificar a possibilidade de interdisciplinaridade. A tabela 02 evidenciou um percentual relevante de docentes:

Ministra ou já Ministrou	
Contabilidade Avançada	60%
Contabilidade Gerencial	53%
Controladoria	33%
Contabilidade Básica	67%
Contabilidade Intermediária	80%
Contabilidade Internacional	13%
Nenhuma	14%

Tabela 02 – Disciplinas ministradas
Fonte: Dados Primários

Baseado no percentual relevantes de docentes que já ministrou as disciplinas ligadas diretamente ao tema, questionou-se se havia ministrado o conteúdo Correção Integral e Contabilidade a Nível Geral de Preço e se os consideravam aplicáveis no atual cenário econômico, demonstrando o resultado na tabela 03:

Ministra o conteúdo Correção Integral		Ministra o conteúdo de Contabilidade a Nível Geral de Preço	
Sim	27%	Sim	27%
Não	73%	Não	73%
Em qual disciplina?	20%	Em qual disciplina?	20%
Considera aplicável no atual cenário econômico atual		Considera aplicável no atual cenário econômico atual	
sim	60%	sim	67%
Não	40%	Não	33%

Tabela 03

Fonte: Dados Primários

A tabela 03 demonstra fragilidades quando se observa o baixo percentual de docentes que diz ministrar os assuntos, quando comparando aos que ministram disciplinas diretamente ligadas, conforme tabela 02, além do conflito nas respostas quando considera aplicável no cenário atual, bem como caracteriza reduzido conhecimento sobre o assunto por considerar aplicável no cenário econômico atual a Correção Integral. Outro aspecto a destacar é quem nem todos que disseram ministrar o conteúdo especificaram qual seria a disciplina e os informaram citaram as disciplinas de avançada e gerencial.

Na continuidade do questionário perguntou se a inflação pode distorcer a análise das Demonstrações Contábeis com base na legislação societária, como era de se esperar 100% dos docentes responderam que sim. Na sequência foi feita a seguinte indagação: a inflação oficial, medida pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA) foi 4,31% para o ano 2009, 5,9% para 2008 e 4,46% para 2007, esses efeitos podem distorcer a análise dos usuários da informação das demonstrações contábeis? 73% responderam sim, mas nem todos disseram o porquê. Os que responderam não, incorreu com o mesmo problema, mas argumentara depender da relevância para os números da empresa. A questão evidenciou pouca

familiaridade com assunto pelos docentes, justificando o conflito relatado no parágrafo anterior.

Na ordem das questões, conforme apresentada na tabela 04, perguntou-se:

- 1) Atualmente, o que seria imprescindível para auxiliar o processo de gestão da empresa – opções para resposta - Correção Integral; Contabilidade a Nível Geral de Preço; Nenhum;
- 2) Atualmente, o que seria imprescindível para a análise econômico-financeira da empresa pelo Usuário Externo – opções para resposta - Correção Integral; Contabilidade a Nível Geral de Preço; Nenhum.

Questão 1)		Questão 2)	
Correção Integral	53%	Correção Integral	27%
Contabilidade a Nível Geral de Preço	13%	Contabilidade a Nível Geral de Preço	53%
Nenhum	27%	Nenhum	13%

Tabela 03

Fonte: Dados Primários

As respostas tabuladas da questão, apresentou em alguns casos duas repostas e para questão dois teve docentes sem marcar. No entanto, as respostas das duas questões corrobora com a fragilidade do conteúdo por parte da maioria dos docentes, onde era de se esperar repostas bem diferentes, devido a nível dos participantes, 60% com mestrado, bem como causa preocupação com relação a formação dos discentes.

Por fim, foi realizado a seguinte questão com expectativa de obtenção de 100% das respostas sim, devido o perfil do objeto da pesquisa: Preço do bezerro - Fonte: CEPEA. O correu variação do preço quando comparado dezembro de 2006 com 2007, 2008 e 2009, respectivamente, aumento de 34% (2006/2007), 33% (2007/2008) e -6% (2008/2009). O efeito das variações dos preços para a empresa, que negocia apenas com bezerro, pode ocasionar distorção na análise de comparabilidade entre os períodos quando as demonstrações contábeis são visualizadas pelos usuários da informação. No entanto, 7% responderam não e apenas 47% responderam a justificativa. A questão foi pensada e incluída como a última como forma de fazer refletir as questões respondidas, mas quando analisasse os resultados de todas as questões demonstram que não aconteceu o objetivo.

5. Considerações Finais

Esta pesquisa é importante em função da relevância do assunto no processo de tomada de decisão internamente na empresa e sendo os Docentes formadores de opinião e multiplicadores de conhecimento.

Na análise dos resultados pode-se concluir não haver resposta para o problema, devido as inconsistências apresentadas, onde constatou-se conflito de entendimento dos assuntos, situação preocupante pelo nível dos Docentes, 60% mestres. Enfim, observou-se conflitos de conhecimento do assunto, interferindo na consistência da opinião dos respondentes.

O trabalho abre possibilidade de diversas outras pesquisas, envolvendo o assunto, como: estudo em outras cidades ou regiões do país; estudo do conteúdo das ementadas e plano de ensino; utilização de outra metodologia para resposta do problema.

6. Referências

ATKINSON, A., et al. **Contabilidade Gerencial**. São Paulo: Editora Atlas, 2000.

BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**: teoria e prática. André Andrade Longaray, Fabiano Maury Raupp, Marco Aurélio Batista de Sousa, Romualdo Douglas Colauto, Rosimere Alves de Bona Porton (Colaboradores). 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

EDWARDS, Edgar O.; BELL, Philip W. **The theory and measurement business income**. California: University California Press, 1961.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2008.

HENDRICKSEN, Eldon S.; VAN BREDa, Michael F. **Teoria da contabilidade**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto R. **Manual de contabilidade das sociedades por ações**: aplicável também às demais sociedades. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MATARAZZO, Dante C. **Análise Financeira de Balanços: uma abordagem básica e gerencial**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

NIYAMA, Jorge K; SILVA, César A. T. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2008.

REZENDE, Amaury J. **Um estudo sobre o processo de desinstitucionalização das práticas contábeis de correção monetária em empresas Brasileiras**. Tese (Doutoramento). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009.